COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS

C.N.P.J. 00.535.681/0001-92

COMPAGAS

Gás Natural

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Conselho de Administração
Fernando Xavier Ferreira
Presidente

Anderson Gil Ramos Bastos
Eduardo Panek
Julio Jacob Junior
Marcelo Sanchotene Cunha
Nelson Luiz Paula de Oliveira
Vitor Calazans Baroni
Walter Fernando Piazza Junior

Conselho Fiscal
Cláudio Luiz Pacheco
Presidente

Adriano Morandi Zanotti

Bruno Castilho

Diretoria Executiva

Rafael Lamastra Junior - Diretor Presidente
Eduardo Buschle – Diretor de Administração e Finanças
Rafael Rodrigo Longo – Diretor Técnico Comercial

Contador
Marcelo Pereira da Silva
CRC-PR 034803/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2019

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019.

A COMPAGAS

A Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS, sociedade de economia mista de capital fechado, é parte integrante da administração indireta do Estado do Paraná, instituída pela Lei Estadual nº 10.856 de 06 de julho de 1994. Tem como acionistas a Companhia Paranaense de Energia - Copel, com 51% das ações; a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro; com 24,5% e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., com 24,5%. Sua sede está localizada em Curitiba.

A Compagas tem por objeto social a exploração do serviço público de fornecimento de gás canalizado, com exclusividade de distribuição, no Estado do Paraná, de forma a suprir as necessidades de demanda dos consumidores dos segmentos industriais, comerciais, residenciais, institucionais, de transportes e outros que requisitem a prestação do serviço, observadas as disposições legais e de acordo com o parágrafo 2º do Art.25, da Constituição Federal. Sua atuação está pautada em promover a expansão de rede de distribuição de gás canalizado e incrementar a utilização do combustível em bases econômicas, sociais e ambientais sustentáveis.

Mercado de Gás Natural

O mercado de gás natural vive momentos de grandes e importantes transformações no Brasil. Nos últimos anos, principalmente após o reposicionamento estratégico da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), diversos movimentos e iniciativas lideradas pelo Governo Federal passaram a buscar o aprimoramento da cadeia de negócios do gás, com vistas a garantir uma adequada transição de um mercado dominado por um único agente supridor para um com maior liquidez, multiplicidade de atores, de maior competição e de aceleração de investimentos para ampliação da infraestrutura desde o processo de exploração e produção (*upstream*), de escoamento e transporte (*midstream*), até à distribuição e consumo (*downstream*).

Entre estes movimentos destaca-se a chamada pública para recebimento de propostas de suprimento de gás lançada por 12 distribuidoras estaduais de gás canalizado (sete do Nordeste e cinco do Centro-Sul). Os dois processos foram iniciados ainda em 2018 de forma simultânea e coordenada, e com o objetivo de estimular a concorrência e a competitividade do suprimento de gás natural no país. No Centro-Sul, além da Compagas, participaram as distribuidoras Sulgás (RS), SCGás (SC), GasBrasiliano (SP) e MSGÁS (MS), que juntas possuem potencial para a compra de 10 milhões de m³/dia.

Neste processo, em 2019, a Compagas recebeu 10 propostas de suprimento de gás de 10 supridores distintos, abrangendo diversas fontes como Bolívia, gás doméstico, Gás Natural Liquefeito (GNL) e gás de síntese. No mês de agosto, a Compagas anunciou a seleção de quatro propostas para dar início às negociações: Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), Shell (Shell Brasil Petróleo Ltda.), Total (Total Gas & Power Business Services) e YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos). Todas encontram-se em andamento, e o objetivo da Compagas é a busca de novos contratos de suprimento para o período pós-Dezembro de 2021, quando se encerra o contrato de suprimento vigente com a Petrobras.

Outros dois movimentos que chamaram a atenção no mercado de gás em 2019 foram a assinatura do Termo de Compromisso de Cessação de Conduta entre a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o qual consolidou os entendimentos entre as partes sobre a promoção de concorrência no setor de gás natural no Brasil - com isso, a estatal se comprometeu a se desligar das atividades de transporte e da distribuição de gás; e a chamada pública realizada pela transportadora responsável pelo gasoduto Bolívia-Brasil para a contratação de capacidade de cerca de 18 milhões de m³/dia, em um novo modelo de contratação baseado em capacidades de entrada e saída.

De acordo com dados da Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) em todo o país são mais de 3,6 milhões de consumidores de gás natural nos segmentos residencial, comercial, industrial e automotivo. A extensão das redes de distribuição de gás canalizado ultrapassa a marca dos 36 mil quilômetros em todos os estados e o volume movimentado superou a marca de 64,6 milhões de m³/dia em 2019.

Resultados Operacionais da Compagas

Em 2019, a rede de distribuição da Compagas superou a marca de 833 km de extensão, atendendo os municípios de Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Londrina, Colombo, Quatro Barras, Pinhais, Campina Grande do Sul, Carambeí e Castro. Esta rede, composta de 473 km de aço carbono e de 360 km em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), foi construída de acordo com as normas e regulamentos técnicos, para oferecer segurança e um elevado grau de confiabilidade no abastecimento. Além do atendimento através da rede de distribuição, o gás natural está presente em Paranaguá e Arapoti por meio do Gás Natural Comprimido (GNC).

O volume de gás natural distribuído pela Compagas em 2019 alcançou a média anual de 1.436.965 m³/dia. A distribuição foi 20% maior que a registrada no ano de 2018.

DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL NO PARANÁ – 2018/2019

Distribuição (m³/dia)	2018	2019	2019/2018
Residencial	29.790	30.556	3%
Comercial	17.576	18.545	6%
Industrial	379.983	414.695	9%
Veicular	82.510	79.088	-4%
Cogeração	178.484	160.953	-10%
Matéria-Prima	189.596	191.281	1%
Geração de Energia Elétrica	730	550	-25%
GNC (Industrial e Veicular)	18.715	17.214	-8%
GNL (Industrial)	28.471	24.912	-13%
Grandes Consumidores	264.447	431.120	63%
Total mercado não térmico	**1.190.302**	**1.368.914**	**15%**
Térmica	0	68.050	-
Total DISTRIBUIÇÃO	**1.190.302**	**1.436.965**	**20%**

Na comparação nacional, o volume distribuído pela Companhia correspondeu a 1,83% do total de gás natural canalizado distribuído no país. Entre os estados do Sul, a Compagas foi responsável por 20,74% do volume de gás natural canalizado. O comparativo foi realizado entre as distribuidoras do país a partir dos dados extraídos do Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural, organizado pelo Departamento de Gás Natural da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia (MME).

O número de clientes atendidos pela Compagas cresceu 8% em 2019 com a entrada de mais de 3,3 mil novos clientes. Em 31 de dezembro de 2019 eram 47.238 consumidores atendidos nos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração, matéria-prima e geração de energia elétrica.

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CLIENTES POR SEGMENTO – 2018/2019

Segmentos	2018	2019	2019/2018
Residencial	43.158	46.434	8%
Comercial	548	581	6%
Industrial	164	174	6%
Veicular	31	32	3%
Cogeração	2	2	0%
Matéria-Prima	3	3	0%
G.E.E.	4	4	0%
GNC (Industrial e Veicular)	4	6	50%
GNL (Industrial)	5	0	-
Grandes Consumidores	1	1	0%
Total mercado não térmico	**43.920**	**47.237**	**8%**
Térmica	1	1	0%
Total	**43.921**	**47.238**	**8%**

Investimentos

Para cumprir o objetivo de expandir a sua atuação nas regiões já atendidas pela rede de distribuição de gás natural canalizado e aumentar a eficiência operacional, em 2019, a Compagas investiu cerca de R$ 14 milhões, principalmente em projetos de saturação e integridade de rede.

Foram investidos mais de R$ 8,6 milhões nos projetos de saturação dos mercados urbano e industrial. Para o atendimento ao mercado urbano R$ 5,1 milhões foram destinados à construção de rede e na ligação de clientes residenciais e comerciais. No setor industrial, cerca de R$ 3,5 milhões foram direcionados para a execução de ramais e em projetos para ligação de 13 clientes.

Mais de R$ 3,4 milhões foram destinados às obras de integridade de rede com o objetivo de garantir a operação e o fornecimento contínuo de gás natural a todos os clientes da Companhia. Outros R$ 1,8 milhão foram investidos em tecnologia de informação e em atividades de suporte administrativo.

Licenças Operacionais e Estudos Ambientais

A Compagas instala e opera suas redes de acordo com as legislações ambientais, assim, em 2019, a Companhia obteve do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a renovação das Licenças de Operação dos ramais Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA) e Ponta Grossa II, e as Licenças Ambientais Simplificadas para a execução de ramais nos municípios de Fazenda Rio Grande, Ponta Grossa e Pinhais. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) de Curitiba concedeu cinco Licenças de Instalação e quatro de Operação para a rede de distribuição de gás, entre elas para o ramal Jockey Plaza Shopping e Linha Verde.

Resultados Financeiros

Com vistas a garantir a perenidade do negócio, a Compagas vem desenvolvendo ações e projetos que buscam ampliar sua atuação de forma rentável, com excelência em custos, processos e qualidade. Tais medidas impactaram nos resultados econômicos e financeiros de 2019.

No ano, a Compagas obteve uma receita líquida de R$ 756,6 milhões. O valor é 34% maior que o registrado em 2018. O EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) apresentou uma alta de 99% em relação ao ano anterior, o lucro líquido foi de R$ 186,02 milhões e o custeio foi 16% menor que o realizado em 2018.

Administração

Governança Corporativa

A Compagas possui o intuito de estabelecer as melhores práticas, além das previstas na legislação aplicável, alinhadas ao seu referencial estratégico, buscando sempre prover os melhores resultados, objetivando a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Em 2019, promoveu melhorias no Sistema de Governança Corporativa, o qual incluiu:

• A internalização das atividades de Auditoria Interna, com a criação de área específica, em atendimento à Lei 13.303/2016, que atua de maneira independente e objetiva, presta serviços de avaliação e de consultoria e tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações da Companhia;

• Alteração das atribuições da área de Governança Corporativa e Gestão de Risco, que passou a se chamar Gerência de Governança, Risco e Compliance, visando fortalecer a integridade da Companhia, ao cumprir e observar rigorosamente a legislação à qual se submete e aplicar princípios éticos nas suas tomadas de decisões, preservando seus colaboradores e administradores;

• Lançamento do Programa de Compliance, em outubro de 2019, com a realização de treinamento sobre Compliance, Fraude e Corrupção, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Assédio e Canal de Denúncias. O programa visa repassar, por meio da Comunicação Interna, noções sobre Compliance, Processos e Gestão de Riscos a todos os colaboradores, a fim de que entendam a importância do cumprimento dos processos e a participação de cada um na execução dos controles da Companhia.

Gestão do Capital Humano

A Compagas encerrou 2019 com 168 colaboradores, incluídos os empregados concursados, comissionados, aprendizes, estagiários, cedidos e diretores. Todos os empregados da Companhia estão cobertos por Acordo Coletivo de Trabalho e possuem contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A Companhia se orienta no relacionamento com todas as pessoas que exercem atividades na Companhia e em nome dela por meio do seu Código de Conduta e Integridade. É o Código que estabelece os princípios norteadores e as condutas íntegras para as relações da Compagas e permite aos seus empregados, administradores e contratados, balizar suas atitudes.

A Compagas manteve uma agenda de benefícios competitivos com os existentes no mercado e que a diferencia de outras empresas por acreditar que o bem-estar de seus colaboradores reflete em melhores resultados para o seu negócio.

No âmbito da qualificação, a Companhia proporcionou diferentes treinamentos além de bolsas de estudo para aprendizado de língua estrangeira, visando estimular o desenvolvimento das pessoas atendendo às necessidades e interesses da Companhia.

Em 2019, a Compagas também deu continuidade ao Programa de Desligamento Voluntário com Transferência de Conhecimento, o qual estabeleceu regras e critérios que possibilitaram aos colaboradores solicitar o desligamento voluntário do quadro funcional da empresa, mediante o repasse do conhecimento adquiridos ao longo da carreira ao substituto. O Programa também permitiu a implementação de ações que direcionam a Compagas para um ambiente de maior competitividade e de renovação do capital humano.

Relacionamento com Clientes e Consumidores

A Compagas interage com seus clientes e consumidores por plataformas online, por meio telefônico e atendimento presencial. Nos últimos anos, a agência Compagas Virtual se tornou um dos principais canais da Companhia. Todos os segmentos atendidos - residencial, comercial, industrial e veicular – possuem acesso à plataforma online para emissão de fatura, atualização de cadastro, histórico de consumo, orientações para débito automático e extrato de quitação de débitos.

Os telefones 3004-3400 e 0800 643 8383 são disponíveis a todos os consumidores e também à sociedade de forma geral, inclusive para atendimentos de emergência. Periodicamente, a Companhia realiza pesquisas de satisfação no atendimento telefônico, como forma de aprimorar a prestação do serviço.

Gestão de Compras e Fornecedores

Os fornecedores representam um público estratégico para a Compagas, considerado com atenção no modelo de gestão para o desenvolvimento das melhores práticas e para o alcance da eficiência operacional. Como uma sociedade de economia mista, a Compagas está sujeita a legislações que normatizam as ações de seleção de fornecedores, sendo as mesmas realizadas conforme os editais de licitação e cláusulas contratuais, e em cumprimento às legislações trabalhistas, de direitos humanos, fiscal e ambiental.

Todas as contratações são regidas pela Lei das Estatais, nº 13.303/2016, conforme o Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em vigor desde o ano de 2018.

Perspectivas para 2020

As ações da Compagas, visando ao primordial interesse público, devem contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, sempre com esforço na redução de custos, na maior produtividade, na qualidade de atendimento a seus clientes e, em especial, na ampliação da infraestrutura da rede de distribuição de gás natural, o que permite o aumento de sua participação na matriz energética do Estado.

Em 2020, a Companhia dará continuidade ao seu plano de ampliar o mercado atendido, através da saturação dos segmentos residencial, comercial e industrial. A meta da Compagas é entregar o gás canalizado a cada vez mais clientes, com qualidade e sempre avançando com a infraestrutura da rede de distribuição.

Mais de R$ 23 milhões serão investidos para a saturação dos mercados residencial, comercial e industrial e em obras que garantam a integridade da rede de gás natural, além de otimização de atividades de suprimento administrativo e de Tecnologia da Informação.

O plano da Companhia para o ano é ampliar o volume distribuído nos principais segmentos atendidos e a extensão total da rede de distribuição, além de fomentar o mercado urbano a fim de aumentar a base de clientes, chegando ao final de 2020 com mais de 50 mil consumidores atendidos pelo gás natural canalizado.

Todas as ações da Compagas serão executadas de acordo com suas diretrizes estratégicas, visando a redução de custos, maior produtividade e eficiência. Os esforços serão dedicados a contribuir para o desenvolvimento do Paraná por meio da oferta de gás natural e de seu uso como matriz energética.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A administração da Companhia, assim como os seus assessores jurídicos, encontram-se em processo de análise, discussão, monitoramento e entendimento, dos aspectos legais e negociais inerentes ao prazo do contrato de concessão estabelecidos no Decreto Lei nº 4.695/1989 e na Lei Complementar Estadual nº 205/2017, considerando também as medidas necessárias junto ao poder concedente para assegurar o pleno entendimento sobre os termos do contrato e assegurar, consequentemente, a continuidade legal das suas operações.

A administração da Companhia encontra-se em processo de discussão junto aos órgãos reguladores do Estado do Paraná e entende que cumpre e cumprirá as exigências aplicáveis como concessionária conforme descrito na referida Lei Estadual.

As demonstrações foram elaboradas considerando a continuidade das operações até 2024, conforme descrito na Nota 1 às demonstrações contábeis. Os efeitos de eventuais medidas ou decisões adversas, decorrentes dessas incertezas de definição de prazo legal final da concessão, poderão ocasionar efeitos ainda não estimados e conclusivos pela administração, nesse momento, nas operações da Companhia.

As demonstrações da Companhia foram preparadas levando em consideração que a mesma continuará em operação, e a administração da Companhia não possui nenhuma expectativa de mudança de plano de realização dos seus ativos até o exercício de 2024, bem como está avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

O reconhecimento da receita da Companhia é decorrente da distribuição de gás natural canalizado, por meio da concessão para exploração dos serviços públicos, conforme descrito e demonstrado nas notas explicativas 1 e 18. Devido à complexidade na captura, processamento e registro das transações e à grande dependência dos sistemas de tecnologia e de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossa abordagem de auditoria baseou-se em testes substantivos, incluindo: (i) teste de recebimentos subsequentes de faturas, em uma base de amostragem; (ii) teste sobre as receitas não faturadas analisando o processo de mensuração da Administração; (iii) testes documentais em transações, para uma amostra de lançamentos contábeis registrados na rubrica de receita levando em consideração relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; e (iv) avaliação se as divulgações incluídas nas notas explicativas estão apropriadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que são consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as práticas de reconhecimento de receita da Companhia, para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em seu conjunto.

Ativos de concessão – ativo financeiro, ativo de contrato e ativo intangível

De acordo com o contrato de concessão de serviços públicos, a Companhia incorre em gastos de modernização e ampliação da rede de distribuição de gás, que são registrados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo do contrato de concessão.

A determinação dos gastos que se qualificam como ativo intangível no contexto do contrato de concessão, incluindo os custos de empréstimos gerais e específicos atribuíveis à construção ou aquisição do ativo intangível, e a identificação da data correta do início da operação do ativo para o início de sua amortização, e consequente paralisação da capitalização de juros, requerem esforço da administração para garantir a existência, procedência e correto registro dos gastos atribuíveis ao intangível e sua correspondente amortização.

Em função dos aspectos acima mencionados e considerando a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em decorrência dos efeitos no ativo intangível da modernização e ampliação da rede de distribuição de gás, nossos procedimentos de auditoria relacionados à existência e aos valores reconhecidos no exercício incluíram, entre outros: Inspeção, com base em amostragem, das documentações que evidenciam os gastos com ampliação da rede, com a atenção para a correta classificação entre intangível (gastos que gerarão benefícios econômicos em anos subsequentes) e despesa.

Para as obras em curso durante o exercício de 2019, efetuamos a inspeção de documentos, em base amostral, que comprovam a ocorrência de gastos adicionados à obra até 31 de dezembro de 2019.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que os gastos incorridos estão suportados por documentos e são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Créditos Tributários

Conforme divulgado na nota explicativa 8 às demonstrações contábeis, em 28 de março de 2019 transitou em julgado o Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000, com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96.

Os efeitos oriundos desta ação, suportados por parecer de seus assessores jurídicos, foram registrados nestas Demonstrações contábeis, a partir do deferimento pela Receita Federal do Brasil em 23 de dezembro de 2019, do pedido de habilitação dos créditos compensáveis pretéritos, no valor total de R$ 143.618 mil, conforme procedimento regrado pela Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em impostos para nos ajudar a avaliar os impactos fiscais envolvidos.

Revisamos ainda, as divulgações na nota explicativa 8, efetuadas pela Companhia, as premissas utilizadas com relação às estimativas de rentabilidade futura e de realização de tais créditos no curto e longo prazo.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para realização dos referidos créditos tributários utilizados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa res-

CONTINUA ➤➤➤

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

ponsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são: obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive sobre as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	141.696	90.155
Contas a receber de clientes	6	98.238	90.762
Contas a receber de partes relacionadas	6 e 15	1.601	6.751
Estoques		842	1.977
Impostos a recuperar	8	69.473	13.692
Créditos nas operações de venda de gás	7	1.412	776
Despesas antecipadas		232	185
Outros ativos		401	424
		313.895	204.722
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	7.894	7.539
Créditos nas operações de venda de gás	7	135.000	93.955
Impostos a recuperar	8	75.459	
Despesas antecipadas		66	110
Depósitos judiciais		124	89
Ativos financeiros da concessão	10.2	144.813	123.001
Intangível	10.3	154.332	178.257
Direito de uso de ativos	25	14.907	-
		532.595	402.951
Total do ativo		846.490	607.673

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	5.715	6.034
Contas a pagar partes relacionadas	11 e 15	77.319	91.147
Debêntures	17	34.547	5.919
Impostos a pagar	12	59.719	12.323
Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar		6.640	6.972
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.4	44.178	19.600
Passivo de arrendamentos	25	1.698	-
Outros passivos		6.375	4.271
		236.191	146.266
Não circulante			
Debêntures	17	20.236	11.733
Benefícios a empregados	16	8.846	6.159
Contas a pagar partes relacionadas	11 e 15	-	28.445
Provisão para contigências	13	549	257
Passivo de arrendamentos	25	13.791	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.3	20.982	5.671
		64.404	52.265
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	220.966	220.966
Reservas de lucro		326.675	188.646
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.746)	(470)
		545.895	409.142
Total do passivo e do patrimônio líquido		846.490	607.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida - venda de gás e serviços	18	756.650	565.904
Receita de construção	18	12.153	13.478
Total da receita líquida		768.803	579.382
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(656.873)	(472.764)
Custo de construção	19	(12.153)	(13.478)
Lucro bruto		99.777	93.140
Despesas com vendas	19	(11.626)	(18.032)
Despesas gerais e administrativas	19	(39.609)	(45.734)
Outras receitas operacionais, liquidas	20	172.213	68.284
Lucro antes das (despesas) receitas financeiras, imposto de renda e contribuição social		220.755	97.658
Receitas financeiras	21	57.449	19.135
Despesas financeiras	21	(10.680)	(17.538)
		46.769	1.597
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		267.524	99.255
Imposto de renda e contribuição social - corrente	9.1	(65.541)	(9.686)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	9.1	(15.968)	(7.042)
Lucro líquido do período		186.015	82.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do período	186.015	82.527
Perda atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	(1.935)	284
Tributos sobre perda atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	658	(96)
Resultado abrangente do período	184.738	82.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes: Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**220.966**	**25.918**	**103.147**	-	**(657)**	**349.374**
Resultado atuarial líquido		-	-	-	-	188	188
Lucro líquido do exercício	14.4	-	-	-	82.527	-	82.527
Destinações:							
Constituição de reserva legal		-	4.126	-	(4.126)	-	-
Dividendos obrigatórios	14.4	-	-	-	(22.947)	-	(22.947)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	55.454	(55.454)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**220.966**	**30.044**	**158.601**	-	**(469)**	**409.142**
Resultado atuarial líquido		-	-	-	-	(1.277)	(1.277)
Lucro líquido do exercício	14.4	-	-	-	186.015	-	186.015
Destinações:							
Constituição de reserva legal		-	9.301	-	(9.301)	-	-
Dividendos obrigatórios	14.4	-	-	-	(47.985)	-	(47.985)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	128.729	(128.729)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**220.966**	**39.345**	**287.330**	-	**(1.746)**	**545.895**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		**186.015**	**82.527**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Depreciação e amortização	10.3	30.880	29.012
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9	81.509	16.728
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	1.063	6.017
Perda para ajuste de preço nas operações de compra de gás		(39.487)	(44.981)
Provisão para contingências	13	2.979	606
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures		1.194	2.627
Variações monetárias sobre ativo financeiro		(9.181)	(9.184)
Resultado na baixa do intangível		(29)	1.010
		254.943	84.362
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) de aplicação financeira		(355)	(367)
(Aumento) de contas a receber de clientes e outras		(3.389)	(59.368)
Redução de estoques		1.135	510
(Aumento) redução de tributos a recuperar		(132.255)	5.748
(Aumento) redução de créditos nas operações de compra gás		(2.194)	22.728
(Aumento) redução de depósitos judiciais		(35)	54
(Aumento) de despesas antecipadas		(3)	(44)
Redução de outros ativos		23	75
(Redução) aumento de fornecedores de gás e contas a pagar		(42.592)	18.626
Aumento de impostos a pagar		(65)	5.658
(Redução) de obrigações trabalhistas e encargos sociais		(332)	(633)
(Redução) Pagamento de juros		(1.445)	-
(Redução) Adiantamento de Clientes		-	(357)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(22.127)	(10.702)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos		2.026	-
Aumento de outras contas a pagar		1.425	(1.374)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		54.760	64.916
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo intangível	10	(17.600)	(15.643)
Alienação do intangível	10	69	26
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(17.531)	(15.617)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(19.600)	(15.573)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	25	(2.026)	-
Recursos provenientes da emissão de debêntures		43.000	-
Pagamento de encargos		(1.188)	(2.589)
Pagamento de debêntures		(5.874)	(25.061)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		14.312	(43.223)
(Redução) aumento liquida(o) de caixa e equivalentes de caixa		51.541	6.076
No início do exercício		90.155	84.079
No fim do exercício		141.696	90.155
		51.541	6.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receitas			
Venda de produtos e serviços		1.022.547	762.515
(-) ICMS - substituição tributária		(7.795)	(6.999)
Outras receitas		125.804	35.569
		1.140.556	791.085
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(735.575)	(504.984)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(17.211)	(22.512)
Outros		(19.788)	(30.609)
		(772.574)	(558.105)
Valor adicionado bruto		**367.982**	**232.980**
Depreciação e amortização	10.3	(30.880)	(29.012)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**337.102**	**203.968**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	21	57.449	19.135
		57.449	19.135
Valor adicionado total a distribuir		**394.551**	**223.103**
Pessoal			
Remuneração direta		24.537	23.598
Beneficios		6.448	6.496
FGTS		1.374	1.531
		32.359	31.625
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		60.398	8.105
Estaduais		105.169	78.257
Municipais		23	124
		165.590	86.486
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, multas e variações monetárias		10.680	17.538
Aluguéis		(93)	4.926
		10.587	22.464
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	16	22.608	635
Juros sobre o capital próprio		25.377	22.312
Lucros retidos		138.030	59.581
		186.015	82.528
Valor adicionado distribuído		**394.551**	**223.103**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTINUA ➤➤➤

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Paranaense de Gás - Compagas ("Companhia") é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Avenida João Gualberto, 1000, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia possui um contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de 06 de julho de 1994, podendo ser prorrogado mediante requerimento da Concessionária.

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Extinta a concessão, por advento do termo contratual, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão ao valor de reposição depreciado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

Estas demonstrações financeiras refletem o entendimento da Companhia e dos seus acionistas de que o término da concessão se dá em julho de 2024, nos termos da cláusula 1.1 do Contrato de Concessão, em que pese o contido no artigo 15 da Lei Complementar Estadual nº 205/2017, que trouxe nova interpretação quanto ao término do prazo da concessão.

Isso porque, em que pese a referida lei continuar vigente, a Administração da Companhia, baseada em pareceres dos seus assessores jurídicos, bem como em deliberação de Assembleia de Acionistas, questiona judicialmente os efeitos da referida lei, tendo obtido decisão liminar favorável ao entendimento da Companhia sobre os termos do contrato de concessão e à continuidade das suas operações até julho de 2024.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998, possui atualmente uma rede de distribuição de 833 km e conta com 162 colaboradores.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2020 sendo sua divulgação autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. A administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo endereçadas e que corresponde às utilizadas por ela em sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(a) *Impairment* do contas a receber: A perda estimada para o recebimento de créditos é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original. A Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a perda estimada é registrada.

(b) Provisões: As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações. São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: A Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

(d) Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores e premissas que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia em conjunto com seus atuários externos, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota 16.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, as bases e os métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis e estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas, salvo disposição em contrário.

3.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, esta demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Neste período, a Companhia não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos, mas está efetuando o seu recálculo baseado na sua estimativa de realização dos créditos relacionados as operações de vendas de gás, onde leva em consideração a sua utilização pela Companhia em seu modelo de negócios e com realizações futuras trazidas ao valor presente.

3.3 Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.5 CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de Arrendamento Mercantil

A norma CPC 06 (R2) (IFRS 16) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente características que estão no alcance da isenção da norma.

Método de transição

A Companhia aplicou o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer apresentação de informações comparativas. O passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes. Diante do exposto, as informações referentes a exercícios anteriores continuam sendo apresentadas de acordo com a norma anterior.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional, e aplicou o pronunciamento apenas aos contratos vigentes em 01/01/2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com a CPC 06 (R2) (IFRS 16), a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento prevista para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de até 12 meses), e arrendamentos de ativos de baixo valor, como por exemplo computadores, impressoras e móveis, cujos valores sejam inferiores a R$ 18.000,00. Estes contratos são reconhecidos como custos e/ou despesas operacionais de arrendamento em base linear conforme previsto na norma, durante a vigência do contrato.

Uso de julgamento

Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário

A Companhia considerou para todos os contratos de arrendamento com partes relacionadas e terceiros, a taxa de juros necessária para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. A taxa adotada pela Companhia foi de 9,10% a.a, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) somado a uma taxa média de operações de empréstimos no mercado.

Prazo de arrendamento para os contratos com prazo indeterminado

A Companhia possui contratos de arrendamento com prazos indeterminados. Para estes contratos, foi adotada como estimativa de prazo sua prorrogação máxima até 60 meses.

Efeitos na aplicação inicial

Os novos requerimentos do CPC 06 (R2) (IFRS 16) produziram os seguintes impactos no reconhecimento e apresentação dos contratos de arrendamento e aluguéis:

Demonstrações Financeiras	CPC 06 (R1) / IAS 17	CPC 06 (R2) / IFRS16
Balanço Patrimonial		
Ativo não circulante	-	Direito de uso de ativos
Passivo circulante e passivo não circulante	-	Passivo de arrendamento
Demonstração de Resultado		
Custos Operacionais	Arrendamentos e aluguéis	Amortização do direito de uso de ativos
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Arrendamentos e aluguéis	Amortização do direito de uso de ativos
Despesa Financeira	-	Juros sobre o passivo de arrendamento
Demonstração de Fluxo de Caixa		
Pagamentos de juros de passivos de arrendamento	-	Atividade operacional
Pagamentos de principal de passivos de arrendamento	-	Atividade de financiamento

Os efeitos da adoção inicial estão apresentados na nota 25.

3.6 ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A norma ICPC 22 (IFRIC 23) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo aplicar critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das incertezas dos tributos sobre o lucro, exigindo que as empresas considerem o valor que melhor refletir a incerteza entre os métodos do valor esperado e do valor mais provável.

A Companhia, após analisar os itens sujeitos a abrangência do ICPC22, concluiu que a aplicação desta norma não terá reflexos nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	2.145	9.366
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento	57.764	34.961
CDBs	81.787	45.828
Total de caixa e equivalentes de caixa	141.696	90.155

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDB e fundos de investimentos referenciados à taxa DI, distribuídas entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com remuneração média de 96,97% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecidos pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2019 é de 5,94% (6,42% em 31 de dezembro de 2018).

5. Aplicações financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de investimento	7.894	7.539
Total de aplicações financeiras	7.894	7.539
Ativo não circulante	7.894	7.539

Aplicações no montante de R$ 7.894 em fundos de investimento junto à Caixa Econômica Federal, em conta reserva vinculada ao contrato de debêntures firmado com o BNDES desde 2014, conforme nota explicativa 17. A remuneração média destes fundos é de 98,7% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rentabilidade média em 2019 de 4,64% (6,08% em 31 de dezembro de 2018).

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Distribuição de gás canalizado	112.367	109.625
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.528)	(12.112)
Total de contas a receber, liquidas	99.839	97.513
Contas a receber de clientes	98.238	90.762
Contas a receber de partes relacionadas (nota 15)	1.601	6.751

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias. A movimentação da provisão para perdas ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(12.112)	(6.254)
Adições	(1.063)	(6.017)
Baixas	647	159
Saldo no fim do exercício	(12.528)	(12.112)

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por prazo de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	91.852	94.040
Vencidos até 60 dias	8.824	4.383
Vencidos de 61 até 180 dias	1.216	1.376
Vencidos acima de 181 dias	10.475	9.826
Total das contas a receber	112.367	109.625

A partir de 1º janeiro de 2018, as Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes.

O cálculo considera critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação dos créditos e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

A Companhia considera que as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

7. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos de gás ToP (*Take or Pay)* (*)	-	5.969
Créditos de gás QPNR (Quant. Paga não Retirada) (*)	135.639	87.497
Créditos nas operações de venda de gás	773	1.265
Total	136.412	94.731
Ativo circulante	1.412	776
Ativo não circulante	135.000	93.955

(*) Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, com contém cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o ano de 2022. Este saldo é corrigido periodicamente, atualizando o valor de recuperação pelo preço vigente do gás.

Considerando o plano de expansão da Companhia e as perspectivas de consumo pelo mercado, a Administração entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2019 será efetuada integralmente. Todavia, a sua utilização esta restrita ao uso somente da Companhia, e será efetuada ao longo desse período considerando eventuais ajustes a valores justos.

Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo não circulante:

Ano	Valor a compensar
2020	75.027
2021 e 2022	61.385
Total	136.412

7.1 Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Companhia possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R$ 859.211 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte.

Este compromisso foi estimado utilizando o volume total contratado pelo custo da commodity e transporte, líquido de impostos, calculado a valor presente na data base de 31 de dezembro de 2019.

8. Impostos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL a compensar (a)	-	12.328
IRRF a compensar	1.315	1.214
PIS a compensar (b)	25.716	-
COFINS a compensar (b)	117.902	-
Outros impostos	-	150
Total dos impostos a recuperar	144.933	13.692
Ativo circulante	69.473	13.692
Ativo não circulante	75.459	-

(a) O saldo de IRRF a compensar é proveniente da tributação dos rendimentos de aplicações financeiras e o saldo de IRPJ e CSLL a compensar, do recolhimento por estimativa.

(b) PIS e COFINS a recuperar - Em 28 de março de 2019 transitou em julgado o Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27 .2007.4.04.7000, com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96.

Os efeitos oriundos desta ação, suportados por parecer de seus assessores jurídicos, foram registrados nestas Demonstrações Financeiras, a partir do deferimento pela Receita Federal do Brasil em 23 de dezembro de 2019, do pedido de habilitação dos créditos compensáveis pretéritos de R$ 143.618, conforme procedimento regrado pela Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017.

	31/12/2019
Valor original dos créditos	105.184
Juros Selic	38.434
Valor atualizado da habilitação dos créditos	143.618

A expectativa de realização total de PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir.

Ano	Valor
2020	68.158
2021	21.448
2022	20.908
2023	20.908
2024	12.196
Total	143.618

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1 Resultado do exercício

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto corrente		
Imposto de renda	(47.811)	(6.997)
Contribuição social	(17.730)	(2.689)
	(65.541)	(9.686)
Imposto diferido		
Imposto de renda	(11.741)	(5.178)
Contribuição social	(4.227)	(1.864)
	(15.968)	(7.042)
Total Despesa com imposto de renda e contribuição social	(81.509)	(16.728)

9.2 Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL):

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Descrição:				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	267.525	267.525	99.255	99.255
Adições e exclusões permanentes				
Contribuições, doações e patrocínio	1.183	1.183	773	773
Juros sobre o capital próprio	(25.377)	(25.377)	(22.312)	(22.312)
Adições e exclusões temporárias				
Ajuste a valor justo de ativos	(25.106)	(25.106)	(52.980)	(52.980)
Outros	(21.207)	(21.223)	5.141	5.141
Total	197.016	197.000	29.877	29.877
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(49.254)	(17.730)	(7.469)	(2.689)
Benefícios Fiscais (Lei Rouanet, FDCA e etc)	1.443	-	543	-
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado	(47.811)	(17.730)	(6.997)	(2.689)
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	(11.741)	(4.227)	(5.178)	(1.864)
Total	(59.552)	(21.957)	(12.175)	(4.553)

9.3 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo:		
Provisão atuarial	8.846	6.159
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	549	257
Provisão para perdas de crédito estimadas	3.781	3.104
Prejuízo Fiscal	-	13.946
Outras provisões	686	1.139
Passivo:		
Atualização monetária ativo financeiro	(19.860)	(10.678)
Ajuste a valor justo de ativos (créditos nas operações de gás)	(55.714)	(30.608)
Base do IRPJ e CSLL fiscal diferido	(61.712)	(16.681)
Imposto de renda diferido	(15.428)	(4.170)
Contribuição social diferida	(5.554)	(1.501)
Total de IRPJ e CSLL diferidos	(20.982)	(5.671)

O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	5.129
2020	(1.459)	(2.055)
2021	(13.962)	(2.055)
2022 a 2024	(5.561)	(6.690)
	(20.982)	(5.671)

Os créditos e débitos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros e consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. O valor dos impostos diferidos registrado no resultado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 21.290 (R$ 5.671 em 31 de dezembro de 2018).

CONTINUA ➤➤➤

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

10. Ativos de concessão - ativo financeiro, ativo de contrato e ativo intangível

10.1 Ativos de concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

(a) Parcela dos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão reconhecida como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível devido a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.

(c) Valor das obras em curso referente ao ativo intangível em formação classificadas como ativos de contrato de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1).

Ativo de concessão	Custo	Amortização	Líquido 31/12/2019	Líquido 2018
Ativo financeiro indenizável da concessão (a)	144.813	-	144.813	123.001
Ativo intangível (b)	380.681	(253.083)	127.598	152.538
Ativo de contrato (c)	26.734	-	26.734	25.719
Total do ativo de concessão	552.228	(253.083)	299.145	301.258

10.2 Ativo financeiro da concessão

De acordo com o Contrato de Concessão firmado com o Estado do Paraná, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro. O valor a receber é atualizado mensalmente pelo IGP-DI/FGV Índice Geral de Preços, até o efetivo recebimento.

Os valores calculados para composição do ativo financeiro estão apresentados a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Movimentações - 2019 Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	123.001	9.181	12.631	-	144.813
Total do ativo financeiro	123.001	9.181	(*) 12.631	-	144.813

(*) Transferência do ativo intangível

	Saldo em 2017	Movimentações - 2018 Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	107.791	9.184	6.026	-	123.001
Total do ativo financeiro	107.791	9.184	6.026 (*)	-	123.001

(*) Transferência do ativo intangível

No ano de 2001, para melhorar a atratividade de investimentos para o setor no longo prazo e ampliar a participação do gás natural na matriz energética do estado, o contrato de concessão foi aditado com a alteração na regra de remuneração que confronta a receita e os custos. O preço limite estabelecido pelo concedente leva em consideração a vida útil dos ativos, os quais estão definidos contratualmente como 30 anos para rede de gás e 10 anos para os demais ativos.

Devido a Companhia amortizar os bens adquiridos anteriores aos 10 anos do final do prazo da concessão, com base na vida útil ou prazo de concessão, dos dois o menor, os bens com vida útil superior ao prazo de concessão estariam totalmente amortizados ao fim desta. Porém, devido ao aditamento supracitado que alterou a remuneração e baseada no artigo 36 da Lei 8.957/95, a qual estabelece que haverá indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, a Companhia entende que os bens com vida útil superior à concessão, independentemente da data de aquisição, terão direito a reembolso. O valor residual líquido estimado pela Companhia é de R$ 83.297 relativo aos investimentos efetuados até 31 de dezembro de 2019. Esse valor residual, por não estar determinado no contrato de concessão o seu reembolso, está sendo amortizado até o final do prazo contratual.

10.3 Ativo intangível e de contrato - composição

	Vida útil média em anos	Saldo em 31/12/2019	Movimentações - 2019 Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Contrato de concessão						
Gasodutos	30	312.120	59	2.023	-	310.038
Equip. operação gasoduto	10	54.807	-	1.107	-	53.700
Benfeitorias em bens de terceiros	10	67	82	(18)	-	3
Móveis e utensílios	10	1.740	100	(36)	-	1.676
Equip. de informática	10	3.182	192	(137)	-	3.127
Veículos	10	2.175	-	-	(177)	2.352
Software e outros		6.590	1.215	(633)	-	6.008
Amortização acumulada		(253.083)	(28.865)	-	148	(224.366)
Total do ativo intangível		127.598	(27.217)	2.306	(29)	152.538
Ativo de contrato (**)		26.734	15.952	(14.937)		25.719
Total do ativo intangível e de contrato		154.332	(11.265)	(12.631)	(29)	178.257

(**) Ativo de contrato classificados conforme istrução ICPC01 (R1)

	Vida útil média em anos	Saldo em 31/12/2018	Movimentações - 2018 Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Contrato de concessão						
Gasodutos	30	310.038	-	1.507	-	308.531
Equip. operação gasoduto	10	53.700	48	687	(14)	52.979
Benfeitorias em bens de terceiros	10	3	15	(16)	(1.417)	1.421
Móveis e utensílios	10	1.676	16	(51)	-	1.711
Equip. de informática	10	3.127	117	(47)	-	3.057
Veículos	10	2.352	-	-	(9)	2.361
Software e outros		6.008	235	(96)	-	5.869
Amortização acumulada		(224.366)	(29.012)	-	1.359	(196.713)
Total do ativo intangível		152.538	(28.581)	1.984	(81)	179.216
Ativos de contrato (**)		25.719	15.186	(8.010)	(929)	19.472
Total do ativo intangível e de contrato		178.257	(13.395)	(6.026)*	(1.010)	198.688

(**) Ativo de contrato classificados conforme istrução ICPC01 (R1)

O intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço quando da sua conclusão. A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.

11. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedor de gás - Petrobras (partes relacionadas - nota explicativa 15)	77.319	119.592
Fornecedores de materiais e serviços no país	5.715	6.034
Total fornecedores	83.034	125.626
Passivo circulante	83.034	97.181
Passivo não circulante	-	28.445

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia registrou a renegociação de seus contratos de compra de gás natural com o supridor, alterando o perfil da dívida e reduzindo sua obrigação a curto prazo com um parcelamento em até 36 parcelas mensais, reconhecidas em resultado, a medida em que os pagamentos fossem efetuados. Em 27 de dezembro de 2019 a Companhia liquidou esta obrigação com o supridor no montante de R$ 28.483.

12. Impostos a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ	31.621	-
CSLL	11.793	-
ICMS	7.261	5.725
Imposto de renda retido na fonte	4.438	3.913
COFINS	3.223	1.581
INSS	614	559
PIS	563	342
FGTS	206	202
Outros impostos	-	1
Total impostos a pagar – circulante	59.719	12.323

13. Provisão para contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

13.1 Ações com risco de perda avaliadas como prováveis

Natureza	31/12/2018	Adições	Quitação	31/12/2019
Cíveis (a)	235	7	-	242
Trabalhistas (b)	22	285	-	307
Valor total R$	257	292	-	549

a) ***Cíveis***

As ações cíveis nas quais a Companhia é parte referem-se, principalmente, a demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. A provisão cível foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

b) ***Trabalhistas***

Ações trabalhistas nas quais a Companhia é relacionada referem-se, principalmente, ao reconhecimento de vínculo empregatício e verbas de natureza salarial. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

13.2 Ações com risco de perda avaliadas como possíveis

Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis *(a)*	47.228	43.396
Fiscais *(b)*	2.996	3.196
Trabalhistas *(c)*	1.798	222
Valor líquido das estimativas para litígios R$	52.022	46.814

a) ***Cíveis***

Demandas judiciais que compreendem basicamente ações que discutem direito de passagem e de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. Em 31 de dezembro de 2019 o montante estimado como perda possível relativo às demandas cíveis era de aproximadamente R$ 47.228 (R$ 43.396 em 31 de dezembro de 2018), não reconhecido pela Companhia no passivo como provisão para riscos cíveis.

b) ***Fiscais***

Decorrente de notificações fiscais relativas à compensação de imposto de renda e contribuição social no valor de R$ 2.996 (R$ 3.196 em 31 de dezembro de 2018). Com base no prognóstico de nossos assessores legais, não há necessidade de constituição de provisão, pois a expectativa de perda é possível.

c) ***Trabalhistas***

Consistem principalmente de horas extras e reflexos, reconhecimento de vínculo e indenizações. Em 31 de dezembro de 2019, além dos processos já provisionados, existem outros de mesma natureza que totalizam R$ 1.798 (R$ 222 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 220.966 (R$ 220.966 em 31 de dezembro de 2018) representado por 33.600.000 ações com valor nominal de R$ 6,58, sendo 11.200.000 ordinárias e 22.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social. A composição acionária em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	Participação	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Paranaense de Energia - Copel	51,00%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Totais	100,00%	11.200.000	22.400.000	33.600.000

14.2 Reserva legal

O Estatuto Social determina que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

	31/12/2019	31/12/2018
Capital social	220.966	220.966
Reserva legal	39.345	30.044
= Percentual da reserva legal constituída	17,81%	13,60%

14.3 Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente do lucro de exercício, com base na proposta da Administração para atender ao plano de investimentos da companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido a Assembleia Geral.

	31/12/2019	31/12/2018
Capital social	220.966	220.966
Reserva de retenção de lucros	287.330	158.601

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei n° 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, quando este limite é atingido, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 24 de abril de 2020 a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária deliberará sobre a integralização de capital no montante de R$ 52.142, que serão transferidos da reserva de retenção de lucros.

14.4 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social (Artigo 67), é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Para o período findo em 31 de dezembro de 2019, não foram distribuídos dividendos antecipados.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	186.015	82.527
Reserva legal (5%)	(9.301)	(4.126)
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos	22.608	635
Juros sobre capital próprio	25.377	22.312
(–) IRRF - JCP	(3.807)	(3.347)
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	44.178	19.600
Participação do dividendo no Lucro após reserva legal	25,0%	25,0%

Conforme Lei 9.249/95, os juros sobre o capital próprio foram computados aos dividendos mínimos obrigatórios, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conformidade com as normas contábeis. Para efeito de demonstração, esses juros estão sendo apresentados na conta de reservas de lucros em contrapartida do passivo circulante.

14.5 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do período/exercício atribuído aos acionistas da Companhia R$	186.015	50.612
Ações ordinárias	11.200	11.200
Ações preferenciais	22.400	22.400
Total de ações preferenciais e ordinárias	33.600	33.600
Lucro/ação R$	5,54	1,50

15. Transações com partes relacionadas

15.1 A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada / natureza da operação	Ativo 31/12/2019	Ativo 31/12/2018	Passivo 31/12/2019	Passivo 31/12/2018	Resultado 31/12/2019	Resultado 31/12/2018
Controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar	-	-	22.531	9.996	-	-
Entidades com influência significativa						
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro						
Dividendos a pagar	-	-	10.824	4.802	-	-
Reembolso de salários	-	-	1.841	1.214	(627)	(466)
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.						
Dividendos a pagar	-	-	10.824	4.802	-	-
Reembolso de salários	-	-	2.581	1.720	(637)	(632)
Outras partes relacionadas						
Araucária Nitrogenados - ANSA						
QPNR/Take or Pay	-	-	74.103	98.367	(8.633)	-
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras						
QPNR/Take or Pay	209.105	192.402	-	-	48.846	-
Aquisição de gás para revenda	-	-			(610.644)	(292.167)
Renegociação contratual			77.319	119.592		
Petrobrás Distribuidora S.A. - Petrobras						
Receita com venda de gás	260	449	-	-	10.104	7.236
Outras receitas	-	-	-	-	9	15
Petrobrás Distribuidora S.A. - BR Asfaltos						
Receita com venda de gás	-	16	-	-	91	459
UEG Araucária Ltda.						-
Receita com venda de gás	199	199	-	-	1.165	2.277
Outras receitas	1.142	6.087			-	
Copel Distribuição S.A.						
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	(136)	(214)
Copel Telecomunicações S.A.						
Rede conexão / internet	-	-	-	-	(84)	(143)
BNDES* e BNDESPAR						
Financiamentos	-	-	11.783	17.652	(1.194)	(2.174)

(*) O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel

15.2 Remuneração dos Administradores

A ata da 106ª Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2019 fixou o montante anual com encargos, para remuneração dos Administradores, no valor de R$ 3.490 para o ano de 2019.

16. Benefícios a empregados

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos: Plano de benefício previdenciário e Plano de benefício assistencial.

16.1 Balanço patrimonial e resultado do exercício

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 8.846, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Plano de previdência	Plano de assistência saúde	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações totais	3.337	8.846	12.183	9.821
Valor justo dos ativos	(3.337)	-	(3.337)	(3.662)
Passivo não circulante	-	8.846	8.846	6.159

16.2 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário, chamado de "Plano III", é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2019, data do último cálculo atuarial, não há valor a ser reconhecido.

Os valores de (ganho) perda reconhecidos no demonstrativo de resultado abrangente estão resumidos a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Plano de assistência saúde	1.277	(188)
	1.277	(188)

16.3 Plano de benefício assistencial

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

16.3.1 Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde

	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro	6.159	5.659
Custo do serviço corrente e juros	782	793
Benefícios pagos	(30)	(8)
(Ganho)/perda atuarial	1.934	(285)
	8.846	6.159

16.3.2 Componentes da despesa do plano (Pró-saúde) projetada

	31/12/2019	31/12/2018
Custo do serviço	281	240
Custo dos juros	548	542
	829	782

Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

Dados populacionais	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Número de participantes ativos:	157	161
Idade média em anos:	44,84	43,63
Serviço creditado total	10,95	10,39
Tempo para aposentadoria	12,44	13,33
Renda média em R$	11.643,80	9.483,91
Aposentados		
Número de participantes aposentados:	8	3
Idade média em anos:	60,17	58,41
Benefício médio em R$	3,947,87	2.697,60
População total	167	164
Hipóteses econômicas		
Taxa de anual de juro atuarial real (Duration)	3,20	4,60
Taxa anual de inflação projetada	2,90	4,50
Taxa anual real de evolução salarial	2,00	2,00
Taxa anual de evolução custos médicos	1,00	2,50
Aging Factor	3,80	-
Taxa real de evolução de benefícios	4,00	0
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0	0
Fator de capacidade (benefícios e salários)	98,50	97,75
Hipóteses atuariais		
Taxa de rotatividade		0,0%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos		AT-2000 (M/F)-10%
Tábua de mortalidade de inválidos		Winklevoss
Tábua de invalidez		Tasa 1927
% de casados na data de aposentadoria		80%
Diferença de idade entre homens e mulheres		Real (ou 4 anos)

17. Debentures

A companhia emitiu debêntures conforme quadro abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
BNDES Participações S.A BNDESPAR (17.1)	11.783	17.652
Simplific Pavarini DTVM Ltda (17.2)	43.000	-
Total	54.783	17.652
Passivo circulante	34.547	5.919
Passivo não circulante	20.236	11.733

17.1 Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR, no valor de R$ 62.626 e R$ 33.620, para financiar o plano de investimentos da emissora. Foram emitidos títulos com valor unitário de R$ 1, na quantidade de 62.626 e 33.620. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros compensatórios, calculados pro rata temporis, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição, integralização, deduzido de quaisquer eventos financeiros, previstos ou não contratualmente. Da mesma forma, de acordo com o contrato, um evento financeiro compreende parcela de juros, amortização, resgate, conversão, permuta e outros eventos que venham alterar o preço unitário.

Emissão	Data de emissão	Nº de parcelas	Vencimento Inicial	Final	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31/12/2019
1ª	16.12.2013	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	-
2ª	16.06.2014	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	-
3ª	21.10.2014	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	-
4ª	27.04.2015	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	-
1ª	15.04.2016	54	15.07.2017	15.12.2021	TJLP+2,17%a.a.	33.620	6.001
1ª	15.04.2016	54	15.07.2017	15.12.2021	SELIC+2,17%a.a.	33.620	5.782
							11.783

Encargos financeiros	Garantia	Garantidora	Agente fiduciário	
Juros pagos trimestralmente	Flutuante	Compagas	BNDES Participações S.A	BNDESPAR

Mutação dos debêntures	Circulante	Não circulante	31/12/2019	31/12/2018
Saldo anterior	5.919	11.733	17.652	42.675
Ingressos	-	-	-	-
Encargos	1.194	-	1.194	2.627
Transferências	5.858	(5.858)	-	-
Amortização - principal	(5.874)	-	(5.874)	(25.061)
Pagamento - encargos	(1.188)	-	(1.188)	(2.589)
Total	5.909	5.874	11.783	17.652

17.1.1.1 *Covenants*

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alienar ou onerar bens integrantes do ativo da Companhia, sujeitos a registro de propriedade; ocorrência de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação ou decretação de falência da Companhia; alteração da estrutura societária da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR; mudança no objeto social da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR. O descumprimento destas condições poderá implicar no vencimento antecipado das debêntures.

Em 31/12/2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento à todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures (Dívida líquida/Ebitda menor ou igual a 3,50 e Endividamento Geral menor ou igual a 0,70).

	31/12/2019	31/12/2018
Dívida Líquida	(86.912)	(72.503)
Ebitda	251.636	126.670
= Dívida líquida / Ebitda	(0,35)	(0,57)

Endividamento geral	31/12/2019	31/12/2018
Exigível total	300.595	199.397
Ativo total	846.490	607.673
= Exigível total / Ativo total	0,36	0,35

17.2 Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada pela Simplific Pavarini DTVM Ltda., com distribuição pública de esforços restritos, no valor de R$ 43.000 para refinanciamento do passivo da emissora. Foram emitidos títulos com valor unitário de R$ 1, na quantidade de 43.000. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios, calculados pro rata temporis, desde a data da primeira integralização ou desde a data de pagamento dos juros remuneratórios.

CONTINUA ➤➤➤

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

Emissão	Data de emissão	Nº de parcelas	Vencimento Inicial	Vencimento Final	Encargos financeiros a.a. (juros)	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	Dívida Bruta	(-) Custo de transação	31/12/2019
3ª	17.12.2019	18	27.01.2020	28.06.2021	Taxa DI + Spread 0,88%a.a.	5,68% aa	43.000	44.746	1.746	43.000
										43.000

Encargos financeiros	Garantia	Garantidora	Agente fiduciário
Juros pagos mensalmente	Real	Compagas	Simplific Pavarini DTVM Ltda.

Mutação dos debêntures	Circulante	Não circulante	31/12/2019	31/12/2018
Saldo anterior	-	-	-	-
Ingressos	30.149	14.597	44.746	-
Encargos	-	-	-	-
(-) Encargos a transcorrer	(1.511)	(235)	(1.746)	
Transferências	-	-	-	-
Amortização - principal	-	-	-	-
Pagamento - encargos	-	-	-	-
Total	20.638	14.362	43.000	-

17.2.1.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusula que requer a cessão fiduciária sobre determinados créditos a receber de titularidade da Companhia mantidos em conta corrente vinculada, não movimentável por esta, junto ao Banco Depositário.

Há, ainda, cláusula que requer a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como condições a serem observadas: ocorrência de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação ou decretação de falência da Companhia.

Em 31/12/2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento à todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures. (Dívida líquida/ Ebitda menor ou igual a 3,50).

	31/12/2019	31/12/2018
Dívida Líquida	(86.912)	(72.503)
Ebitda	251.636	126.670
= Dívida líquida / Ebitda	(0,35)	(0,57)

18. Receita operacional líquida - venda de gás e serviços

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de vendas de gás	1.021.382	756.303
Receita de serviços	1.165	6.212
Impostos sobre vendas	(265.898)	(196.611)
Receita operacional líquida	756.650	565.904
Receitas de construção – ICPC 01(R1)	12.153	13.478

19. Custos e despesas por natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Compra de gás natural	(610.644)	(427.669)
Pessoal	(36.573)	(34.240)
Amortização	(30.880)	(29.012)
Serviços de terceiros	(14.679)	(18.463)
Despesas gerais	(8.363)	(13.100)
Locações	(6.796)	(4.926)
Tributos e taxas fiscais	93	(5.680)
Materiais	16	(1.863)
Distribuição de gás	(283)	(1.577)
Total	(708.109)	(536.530)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(656.873)	(472.764)
Despesas gerais e administrativas	(39.609)	(45.734)
Despesas com vendas	(11.626)	(18.032)
Total	(708.109)	(536.530)
Custos de construção ICPC 01(R1)	(12.153)	(13.478)

20. Outras receitas operacionais, liquidas

	31/12/2019	31/12/2018
(Despesa) receita com Encargos contratuais	(1.376)	4.958
Receitas operacionais – créditos de PIS/COFINS (*)	123.946	-
Receitas operacionais – Outras	20.807	44.235
Recuperação de despesas	26.611	16.024
COFINS e PIS recuperados	2.225	3.067
Total	172.213	68.284

(*) Valor original dos impostos oriundos do Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0 /0002511-27.2007.4.04.7000 conforme descrito na nota explicativa 8.

21.Despesas e receitas financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Rendimento de aplicações financeiras	6.139	5.468
Despesas financeiras	(10.680)	(17.538)
Juros sobre o crédito de PIS/COFINS (nota 8.b)	38.434	-
Juros e outras	12.876	13.667
Resultado financeiro líquido	46.769	1.597

As despesas financeiras contemplam a atualização do contas a pagar junto à Petrobras e as receitas de juros e outras, a atualização dos valores de ativos financeiros da concessão e a atualização dos impostos a compensar oriundos do Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27 .2007.4.04.7000 conforme descrito na nota explicativa 8.

22. Instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

Risco de crédito
Risco de mercado
Risco de liquidez

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e debêntures.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 referentes a caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber e fornecedores se aproximavam dos valores de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas.

Os ativos financeiros e passivos financeiros estão mensurados a valor justo de acordo com o nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3.

22.1 Categoria de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	31/12/2019	31/12/2018
Custo Amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	141.696	90.155
Clientes	99.839	97.513
Aplicações financeiras	7.894	7.539
Valor Justo por meio do Resultado		
Ativos financeiros da concessão	144.813	123.001
Créditos nas operações de venda de gás	135.000	93.955
Passivos financeiros		
Custo Amortizado		
Fornecedores - aquisição de gás	77.319	119.592
Debêntures	54.783	17.652
Outros fornecedores	5.715	6.034

23. Fatores de risco

23.1 Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Compagas.

	31/12/2019	Valor contábil 31/12/2018
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	141.696	90.155
Clientes (ii)	99.839	97.513
	241.535	187.668

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, os quais representam sua máxima exposição de risco de crédito sobre aqueles ativos. A composição e a política de gestão de caixa e equivalentes estão descritos na nota explicativa 4.

(ii) Clientes

Esse risco é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes pulverizada e gerenciamento das contas a receber identificando os recebimentos e detectando possibilidades de inadimplência, suspendendo o fornecimento de gás e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais, sempre que possível, diluindo assim o risco de inadimplência.

23.2 Risco de Mercado

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

(i) *Risco cambial*

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a companhia computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais(R$) das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobrás. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	31/12/2019		
	Ativo	**Passivo**	**Exposição líquida**
Fornecedores			
Aquisição de gás	-	77.319	77.319
	-	77.319	77.319

	31/12/2018		
	Ativo	**Passivo**	**Exposição líquida**
Fornecedores			
Aquisição de gás	-	119.592	119.592
	-	119.592	119.592

A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações e não há exposição a operações com derivativos. A Companhia não opera com derivativos.

23.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é inerente a descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em obter recursos, afetando a capacidade financeira. A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nestas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

		31/12/2019	
Instrumentos financeiros não derivativos	**Até um ano**	**Mais de dois e até cinco anos**	**Total**
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	141.696	-	141.696
Clientes	99.839	-	99.839
Aplicação financeira	-	7.894	7.894
Ativos financeiros da concessão	-	144.813	144.813
Créditos nas operações de venda de gás	-	135.000	135.000
Total ativo	241.535	287.707	529.242
Passivo			
Debêntures	34.547	20.236	54.783
Fornecedores	5.715	-	5.715
Fornecedores - aquisição de gás	77.319	-	77.319
Total passivo	117.581	20.236	137.817

	31/12/2018		
Instrumentos financeiros não derivativos	**Até um ano**	**Mais de dois e até cinco anos**	**Total**
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	90.155	-	90.155
Clientes	97.513	-	97.513
Aplicação financeira	-	7.539	7.539
Ativos financeiros da concessão	-	123.001	123.001
Créditos nas operações de venda de gás	-	93.955	93.955
Total ativo	187.668	224.495	412.163
Passivo			
Debêntures	5.919	11.733	17.652
Fornecedores	6.034	-	6.034
Fornecedores - aquisição de gás	119.592	-	119.592
Total passivo	131.545	11.733	143.278

24.Seguros

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros para os investimentos efetuados para atender ao contrato de concessão e contra riscos operacionais compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	**Data de vigência**	**Importância segurada R$**
Responsabilidade civil e danos materiais	26/04/2020	300
Responsabilidade civil e danos materiais	17/11/2020	300
Riscos operacionais	28/02/2020	3.000
Responsabilidade civil	16/02/2020	5.000
Responsabilidade civil e danos materiais	20/06/2020	15.000

25.Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) (IFRS 16), a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

25.1 Direito de uso de ativos

	Adoção incial em 01/01/2019	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Imóveis	14.356	282	(1.662)	12.976
Veículos	-	2.295	(364)	1.931
	14.356	2.577	(2.026)	14.907

25.2 Passivo de arrendamentos

25.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

Adoção inicial em 1º.01.2019	14.356
Adições	2.577
Encargos	1.377
Pagamento - principal	(2.026)
Pagamento - encargos	(795)
Em 31/12/2019	15.489

A taxa de desconto em 31/12/2019 é de 9,10% a.a.

25.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2020	1.698
2021	1.821
2022	1.957
2023	2.109
Após 2024	7.904
	15.489

25.2.3 Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e arrendamentos de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais. O Saldo de compromissos de arrendamentos de aluguéis está demonstrado a seguir:

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31/12/2019
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	1.698	9.429	4.362	15.489

26. Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPAGAS EXERCÍCIO DE 2019

O Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Gás - Compagas, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstração do Valor Adicionado, as Demonstração do Resultado Abrangente e Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2019.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer favorável da Russel Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, datado de 31/01/2020, emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária das acionistas da Compagas.

Curitiba, 27 de março de 2020

Cláudio Luiz Pacheco **Adriano Morandi Zanotti** **Bruno do Prado Castilho**

Observação: este Parecer é parte integrante da ata da 137ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 27/03/2020, que apreciou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2019 e as propostas da Administração.